

Os verbos inacusativos do Português Brasileiro: uma proposta de categorização

Unaccusative verbs in Brazilian Portuguese: a possible categorization

Silvia Helena Lovato do NASCIMENTO
(Universidade Federal de Santa Maria)

RESUMO

Este trabalho propõe uma descrição dos verbos inacusativos do Português Brasileiro em termos de duas grandes categorias: a dos inacusativos primitivos e a dos inacusativos derivados. Da primeira categoria fazem parte os inacusativos que não derivam de estruturas transitivas e não podem aparecer com mais de um argumento. Da segunda grande classe pertencem os verbos psicológicos e os verbos que podem sofrer a alternância AVB→VB. O trabalho mostra ainda que é possível adotar a hipótese do VP oracional (Larson 1988), assumida em Chomsky (1995), para representar essas estruturas sem contrariar a Generalização de Burzio (Burzio 1986).

Palavras-chave: gramática gerativa; verbos inacusativos; categorização; VP oracional.

ABSTRACT

This paper describes the Portuguese unaccusative verbs in terms of two main categories: primitive and derivate unaccusatives. The first category contains the unaccusatives that do not derive from transitive structures and cannot select more than one complement. The second class contains the psych-verbs and the unaccusatives that do take turn with transitive constructions. The paper points out that it is possible to interpret Burzio generalization (Burzio 1986) in terms of the VP Shell hypothesis proposed in Larson (1988) and assumed by Chomsky (1995).

Key-words: *generative grammar; unaccusative verbs; categorization; VP shell.*

Introdução

O fenômeno da inacusatividade pode ser descrito como aquele que se manifesta a partir de verbos que selecionam um único argumento: o argumento interno (entram nessa classe verbos como *chegar*, *acontecer*, por exemplo). Esse fenômeno se manifesta de modo bastante diferente nas línguas naturais e, em termos tipológicos, é fundamental para traçar uma distinção entre as línguas ergativas e as nominativas: o único argumento de um verbo inacusativo vai acabar como o objeto direto (marcado por caso absolutivo) nas línguas ergativas, mas como sujeito (marcado pelo caso nominativo) nas línguas nominativas.

Considerando as diferenças paramétricas entre as línguas, vemos que esse fenômeno resulta em diferenças marcantes na sintaxe. Comprando o italiano e o português, por exemplo, constatamos que o fenômeno da inacusatividade permite separar os verbos monoargumentais do italiano em duas classes claramente distintas: os que são selecionados pelo auxiliar *essere* (*ser*) e que toleram uma construção com o clítico *ne* (*deles*); os que são selecionados pelo auxiliar *avere* (*ter*) e não toleram a construção com o clítico *ne*.

No Português Brasileiro (doravante PB), não dispomos de mecanismos tão salientes como os do italiano para separar os verbos monoargumentais em duas classes. No entanto, podemos verificar que

as diferenças no comportamento sintático desses verbos nos permitem claramente separá-los em duas grandes categorias, assim como no italiano. Essa separação na classe dos verbos monoargumentais do PB é desejável, pois segue uma classificação que é feita para outras línguas e evita construir uma variação em um domínio que não é apropriado para tal, o das categorias lexicais.

Este texto se organiza em quatro seções. Na primeira, partimos do italiano para mostrar algumas propriedades sintáticas que caracterizam os verbos inacusativos. Na segunda, mostramos testes sintáticos que evidenciam as características inacusativas de alguns predicadores do PB. Na terceira, analisamos a estrutura dos inacusativos do PB para propor uma categorização desses verbos. Na quarta, mostramos que é possível reinterpretar a Generalização de Burzio (Burzio, 1986) considerando a projeção da posição Spec vP (proposta por Larson (1988) e assumida em Chomsky (1995)).

1. Características de verbos inacusativos

Nesta seção, exemplificamos a classe dos verbos inacusativos partindo da análise de suas propriedades no italiano.

1.1. O Italiano

Certas línguas apresentam diferenças ao estruturar sentenças com verbos monoargumentais que eram considerados membros de uma única classe, a dos intransitivos. Essas diferenças de comportamento permitem deduzir que, de fato, estamos às voltas com duas classes de verbos: a dos intransitivos verdadeiros e a dos inacusativos. Uma propriedade fundamental na distinção de intransitivos e inacusativos é que o único argumento selecionado pelo intransitivo tem a proeminência de argumento externo (AE) enquanto o argumento do inacusativos tem as propriedades de argumento interno (AI).

Uma língua cuja sintaxe permite explicitar a diferença apontada é o italiano, quando se observam sentenças com o clítico *ne* e com os auxiliares *essere* e *avere*. Considerando primeiramente o clítico *ne*,

identificamos que apenas AIs podem ser pronominalizados por esse clítico. Em sentenças monoargumentais, a possibilidade de ocorrência desse clítico indica que o DP¹ foi gerado como AI e não como AE. O contraste mostrado em (1) indica que o único argumento de *arrivare* (*chegar*) é o AI, enquanto que o de *telefonare* (*telefonar*) é o AE (exemplos de Burzio, 1986:30-31).

- (1) a. Ne arriveranno molti
cl (deles) chegarão muitos
“Chegarão muitos deles”
b. *Ne telefoneranno molti
cl (deles) telefonarão muitos
“Telefonarão muitos deles”

Apesar de o clítico *ne* atestar que o DP que ele pronominaliza é o AI, o fato de haver concordância entre o verbo e *molti* evidencia que o caso em questão é o nominativo e não acusativo, que é o caso normalmente atribuído ao AI.

A seleção dos auxiliares *essere* e *avere* é outra propriedade que diferencia duas classes de verbos monoargumentais do italiano; inacusativos figuram com o auxiliar *essere* enquanto que intransitivos aparecem com *avere*:

- (2) a. Giovanni è arrivato
Giovanni é chegado
“Giovanni chegou”
b. Giovanni ha telefonato
Giovanni tem telefonado
“Giovanni telefonou”
c. *Giovanni ha arrivato
“Giovanni tem chegado”
d. *Giovanni è telefonato
“Giovanni tem (*essere*) telefonado”

1. DP, do inglês, *Determiner Phrase*, ou Sintagma Determinante. Neste texto, optamos por manter a terminologia como ela é apresentada originalmente, em inglês.

A agramaticalidade de (2c) se explica pela presença do auxiliar *avere* junto de um verbo inacusativo (*arrivato*); em (2d), é a incompatibilidade entre *essere* e *telefonato* que torna a sentença agramatical.

Esses fenômenos do italiano classicamente associados aos verbos inacusativos (o uso dos auxiliares *essere* (*ser*) e *avere* (*ter*) e as construções com o clítico *ne* (*deles*)) permitiram que Burzio formulasse uma generalização (que ficou conhecida como Generalização de Burzio): um verbo só atribui caso a seu AI se atribuir papel temático a seu AE; inversamente, um verbo só atribui papel temático a seu AE se atribuir caso a seu AI. Uma vez que os verbos inacusativos não selecionam AE, não têm a capacidade de atribuir acusativo a seu AI. As consequências dessa generalização serão discutidas mais adiante.

1.2. O PB

No PB, ao contrário do italiano, não há construção semelhante a (1) ou (2), que permita identificar uma classe de verbos inacusativos: não são claros os contrastes entre intransitivos e inacusativos quando o argumento selecionado é um DP. Felizmente existem alguns processos que permitem deduzir a inacusatividade de verbos que selecionam apenas um DP.

Em 2. aplicamos alguns deles ao PB, de modo paralelo ao que Eliseu (1984) faz para o Português Europeu (PE), mostrando que os verbos afetados por esses processos são inacusativos. Os processos que aplicamos aos verbos inacusativos do PB são: formação do particípio absoluto (seção 2.1); formação do particípio passado com valor de adjetivo (seção 2.2); formação de nominais em [-or] (seção 2.3); alternância AVB→BV (seção 2.4); alternância AVB→AV (seção 2.5); e alternância VB(PA)→AVB (seção 2.6).

2. Alguns processos que afetam construções com verbos inacusativos

Uma vez que os contrastes entre os verbos monoargumentais do PB não são claros, mostramos, nas seções abaixo, algumas características que permitem verificar essas diferenças.

2.1. *Particípio absoluto*

A formação do particípio absoluto pode ser interpretada como um teste para atestar a transitividade verbal: dado o valor passivo da construção, somente o AI pode ser preservado junto com o particípio:

- (3) a. O João consertou a calha
- b. Consertada a calha, ...
- c. *Consertado o João, ...

(3a) contém o verbo *consertar* com seus dois argumentos. (3b) mostra que a forma participial *consertada* combina apenas com o equivalente do AI da construção transitiva. Note-se, porém, que o AE não pode coocorrer com o particípio (a não ser como oblíquo).

Quando consideramos verbos monoargumentais, espera-se que apenas os inacusativos (mas não os intransitivos) possam dar origem a construções de particípio absoluto, dado que, nessas construções, o DP selecionado pelo verbo tem propriedades de AI:

- (4) a. *Crescidos* os filhos, eles tomaram juízo
- b. *Consertada* a casa, os barulhos sumiram
- c. **Corridos* os atletas, eles descansaram

(4a) mostra que *os filhos* é o AI do verbo monoargumental *crescer*, enquanto o mesmo não pode ser o caso de *os atletas* em (4c): esse último DP deve ser um AE. Assim, as construções de particípio absoluto concorrem diretamente para mostrar que a classe dos verbos monoargumentais engloba duas subclasses distintas segundo selecionam ou não um AI.

2.2. *Particípio passado com valor de adjetivo*

A forma particípio passado de verbos inacusativos e transitivos pode ocorrer em posição predicativa e atributiva, como mostram (5) e (6), respectivamente:

- (5) a. O filho está *crescido*
 b. A calha está *consertada*
- (6) a. Filho *crescido* tem juízo
 b. Calha *consertada* não goteja

Crescido e *consertada* derivam de verbos inacusativo e transitivo, indicando que esses predicados selecionam um AI.

A predição, então, é que a forma particípio passado de verbos intransitivos não ocorra nem em posição predicativa, nem em posição atributiva. Isso é comprovado em (7):

- (7) a. *Os atletas estão *corridos*
 b. *Os atletas *corridos* descansaram

A agramaticalidade de (7) pode ser deduzida das propriedades lexicais do verbo *correr*², pois um AE como *os atletas* não pode combinar com as formas participiais de um verbo intransitivo nessa situação.

2.3. Formação de nominais em [-or]

A derivação de nominais em [-or] forma nomes como *escritor* a partir de verbos como *escrever*. Nesse processo, somente o AE pode preceder o nominal derivado numa situação como a apresentada em (8):

- (8) a. O João escreve livros
 b. O João é (um) escritor

Entende-se esse estado de coisas se considerarmos que [-or] é um sufixo que pode valer pelo Agente, que é um papel temático proeminente na estruturação do VP³. Quando o derivado figura como predicado de uma *small clause* (SC), ele só pode ser aplicado a um DP

2. Observe-se que o verbo *correr* tem uma versão inacusativa quando o argumento não é Agente. Isso explica a possibilidade de (i): (i) Horário corrido é melhor do que horário picado.

3. Também são mais proeminentes que o AI os outros papéis temáticos associados ao sufixo [-or], como por exemplo o possuidor.

proeminente, ou seja, o sujeito da SC que vai acabar como sujeito da sentença, como ilustra (9):

- (9) João_i é [_{SC} t_i escritor]

Ao considerarmos os verbos monoargumentais, a predição vai ser que os intransitivos, mas não os inacusativos, possam dar origem a derivados em [-or]: os primeiros são os únicos que apresentam um AE proeminente o bastante para lhe aplicar um predicado como *trabalhador* em (10a):

- (10) a. João_i é [_{SC} t_i trabalhador]
b. *João_i é [_{SC} t_i crescedor]

A agramaticalidade de (10b) mostra que a predição está correta: um derivado em [-or] não pode ser formado do inacusativo *crescer*, nem aplicado como predicado a *João*. A conclusão que se segue é que não é própria de *crescer* uma estrutura argumental que contemple um AE, em contraste com o que ocorre com o intransitivo *trabalhar*.

2.4. Alternância AVB→BV

Uma peculiaridade de alguns verbos é a possibilidade de alternar entre duas estruturas argumentais: uma em que seleciona dois argumentos (AVB); outra em que seleciona um só (BV). Nesse par, V vale por um verbo, A e B são DPs (AE e AI, respectivamente) e → indica a direção do processo. Um desses verbos é exemplificado em (11):

- (11) a. José quebrou o vidro
b. O vidro (se) quebrou

A diferença entre a estrutura argumental de (11a) e de (11b) é que somente na primeira temos um AE: *José*. A diferença na marcação de caso é que em (11a) *o vidro* é acusativo e em (11b) é nominativo. Apesar de ter caso diferente, *o vidro* deve ser considerado o AI nas duas sentenças, já que a relação temática que mantém com o verbo é a mesma. Se pudermos inferir que uma mesma relação temática entre

um verbo e seu argumento se expressa da mesma maneira, então esse deve ser o caso para *o vidro* em (11).

Essa alternância é restrita apenas a certos verbos transitivos, como vemos em (12):

- (12) a. José comeu o bolo
b. *O bolo comeu

Ao contrário de *quebrar* (11), *comer* não pode preservar o AI em prejuízo do AE.

Zubizarreta (1982:259-260) mostra que apenas verbos transitivos semanticamente causativos toleram a alternância AVB→BV, isto é, podem sofrer anticausativização: apagamento do AE agentivo e preservação do AI. Esses são verbos do tipo de *quebrar*, mas não os do tipo de *comer*:

- (13) a. José quebrou o vidro
b. José fez o vidro (se) quebrar
(14) a. José comeu o bolo
b. *José fez o bolo (se) comer

Em algumas línguas como o francês e o PE, o processo em questão é morfologicamente marcado:

- (15) a. Pierre a brisé la glace
“Pedro quebrou a vidraça”
b. La glace s’est brisée
“A vidraça quebrou-se”
(16) a. Pedro afundou o navio
b. O navio afundou-se

No francês (15b) e no PE (16b), o clítico *se* indica que estamos às voltas de uma sentença inacusativa⁴, pois ele surge quando deletamos o AE das sentenças transitivas (15a) e (16a).

4. Há, contudo, alguns outros verbos no PE que podem igualmente sofrer a alternância AVB/BV, mas que não aceitam a presença do clítico: **Os juro aumentaram-se* / **A Maria envelheceu-se* (cf.: Eliseu, 1984).

Em PB, transitivos causativos aceitam mas não exigem a presença do clítico *se*. De qualquer forma, os dados translinguísticos mostram que a possibilidade da alternância no par AVB→BV indica que sentenças como as de (15b) e (16b) são inacusativas.

2.5. Alternância AVB→AV

Observe agora como os verbos que figuram no par AVB→AV são os transitivos que não podem sofrer anticausativização:

- (17) a. João lê livros todos os dias
 b. João lê todos os dias
 c. *O livro lê todos os dias

A agramaticalidade de (17c) mostra que o argumento que pode ser apagado é o AI e não o AE. Verbos como os de (17), ao contrário de os de (11), não apresentam uma contraparte inacusativa.

2.6. Alternância VB(PA)→AVB

Existe ainda mais uma alternância relevante para sustentar a sub-classificação dos monoargumentais em intransitivos e inacusativos no PB que vamos identificar como o par VB(PA)→AVB (em que PA é um PP que contém um DP=A), como vemos em (18)-(21):

- (18) a. Dá pitanga no meu sítio
 b. Meu sítio dá pitanga
 (19) a. Bate sol nesta casa
 b. Esta casa bate sol
 (20) a. Cabe muita gente na Combi
 b. A Combi cabe muita gente
 (21) a. Cresceu o dentinho do nenê
 b. O nenê cresceu o dentinho

A alternância consiste em promover o PP talvez para Spec IP, de tal forma que a preposição desaparece.

Se imaginamos que a direção da alternância AVB→BV é aquela que deriva inacusativos de transitivos, então temos aí um processo inverso, que cria transitivos de inacusativos. Apesar de restar a discussão sobre a posição que recebe o oblíquo (Spec IP ou uma posição de tópico na periferia esquerda) e sobre o caso de B, o que é importante para nós é que o processo em questão nunca ocorre com intransitivos verdadeiros: somente inacusativos podem se alternar no par VB(PA)→AVB.

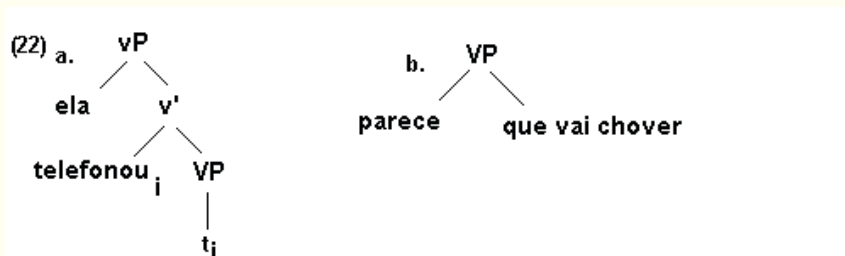
Em resumo, nesta seção procuramos buscar evidências, através de testes sintáticos, para sustentar que a manutenção de duas subclasses para os verbos monoargumentais contribui de modo relevante para entender certos fenômenos que se manifestam no PB. Essa subclassificação não deve ser abandonada por se considerar que o PB não usa os dois auxiliares *ter* e *ser* para formar os tempos compostos nem apresenta construções que permitam o uso de um clítico do tipo *ne*, como ocorre numa língua como o italiano.

3. Tipos de inacusativos

As diferenças marcantes na classe dos verbos monoargumentais mostradas até aqui nos permitiram separar essa classe em duas: a dos intransitivos e a dos inacusativos. O próximo passo, então, é descrever as características sintáticas dos verbos cujo argumento único é o interno. O que se busca é verificar como se comportam esses predicadores quanto ao tipo de argumento selecionado, já que é a natureza do complemento que determina as diferenças na estrutura dos verbos inacusativos do PB.

Iniciamos a descrição mostrando a representação do VP segundo a proposta do VP oracional de Larson (1988), assumida em Chomsky (1995). A hipótese prevê que um verbo abstrato (vP) seleciona um verbo lexical (VP). Nessa estrutura, os argumentos internos ocupam as posições de especificador e complemento de V (o verbo lexical) e o argumento externo não pode ser mais baixo que Spec vP, o especificador do verbo abstrato (Chomsky, 1995: 315). Dito de outra forma, os argumentos sem papel temático Agente são projetados como especificador e complemento do verbo lexical; e o argumento com função temática agentiva, se houver, é projetado como especificador do verbo abstrato.

(22a, b) mostram a estrutura dos verbos monoargumentais nos moldes da análise do VP oracional



(22a) exemplifica a estrutura de um verbo intransitivo em que o argumento agentivo, *ela*, é projetado no especificador do verbo leve, um verbo abstrato, de natureza afixal.

(22b) mostra a estrutura de um verbo inacusativo que projeta apenas o verbo lexical, considerando que esses verbos não têm a capacidade de projetar um argumento agentivo no especificador do verbo leve.

3.1. Inacusativos primitivos

O grupo dos inacusativos primitivos é formado pelos inacusativos que não derivam de uma estrutura transitiva, isto é, pelos verbos que não podem figurar com mais de um argumento DP. Uma distinção marcante entre os verbos desse grupo é a categoria do argumento selecionado, que pode ou não ser um DP.

3.1.1. Inacusativos primitivos que selecionam DP

Uma característica marcante entre os inacusativos que selecionam apenas um argumento DP é a ordem em que os constituintes podem aparecer na sentença:

- (23) a. Há muitas casas neste bairro
 b. Apareceram umas espinhas no rosto do João
 c. Floresceram uma margaridas no meu jardim

(23a) mostra um verbo existencial; (23b) mostra um apresentativo; (23c), um incoativo. Desses verbos, apenas o existencial cria resistência à anteposição do argumento:

- (24) a. *Muitas casas há neste bairro
b. Umas espinhas apareceram no rosto do João
c. Umas margaridas floresceram no meu jardim

Essa característica nos leva a separar os verbos inacusativos que selecionam DP em duas classes: a dos verbos existenciais e a dos verbos não-existenciais. As sentenças construídas com verbos existenciais caracterizam-se pela função apresentativa, em que o verbo introduz um novo sujeito no discurso (cf.: Franchi *et alli*, 1988: 117). A função apresentativa dessas sentenças deve-se ao fato de que a posição pós-verbal em que se encontra o DP é própria para receber sintagmas focalizados, que carregam informação nova, ou pelo menos parte da informação nova (foco largo, por exemplo)⁵.

3.1.2. *Inacusativos primitivos que não selecionam DP*

A categoria dos inacusativos que não selecionam DP engloba tanto os inacusativos primitivos que podem selecionar um CP, quanto aqueles que selecionam algum outro constituinte complexo, como um infinitivo, particípio ou gerúndio, ou ainda uma SC.

Começando pelos inacusativos primitivos que selecionam CP:

- (25) a. Acontece que o João sumiu
b. Parece que existem camelos no deserto

o João de (25a) não precisa (e não pode) sair do CP porque todas as suas características sintáticas estão satisfeitas dentro do CP; *camelos* em (25b) também checa seus traços dentro do CP.

5. A discussão que deve ser travada quanto aos existenciais é bem mais longa do que essa seção pode comportar. Há que se falar, por exemplo, das estruturas em que o DP aparece antes do existencial, como na resposta para a pergunta *Onde existe o mau olhado?*, que deve ser: *O mau olhado existe na tradição popular*. Uma explicação para essas estruturas pode ser encontrada em Galves (1993).

Resta agora analisar os inacusativos que selecionam um constituinte complexo cujas propriedades diferem das de um CP:

- (26) a. O Pedro deve cantar
b. O Pedro está cantando
c. O Pedro tem cantado
- (27) a. O Pedro é feliz
b. O Pedro está uma fera

Em (26) *dever*, *estar* e *ter*⁶ selecionam um verbo no infinitivo, no particípio e no gerúndio; em (27), *ser* e *estar* selecionam uma SC.

Até aqui, a nossa categorização exemplificou duas classes de inacusativos primitivos: a classe dos que selecionam um argumento DP (os existenciais e os não-existenciais), e a dos que selecionam um argumento complexo, como uma SC, um particípio, infinitivo ou gerúndio. Resta exemplificar e discutir o grupo dos inacusativos derivados.

3.2. Inacusativos derivados

Essa classe engloba os inacusativos que derivam de verbos transitivos por meio da supressão do argumento externo. Quando um verbo biargumental é reduzido a um verbo de um argumento apenas, o resultado do processo pode ser ou um inacusativo ou um intransitivo, dependendo do argumento que é preservado na estrutura. Se o argumento preservado for aquele que detém o papel temático Tema, então o resultado é um verbo inacusativo. Se o argumento preservado não for o Tema, então estamos às voltas com uma estrutura intransitiva.

3.2.1. Verbos não-psicológicos

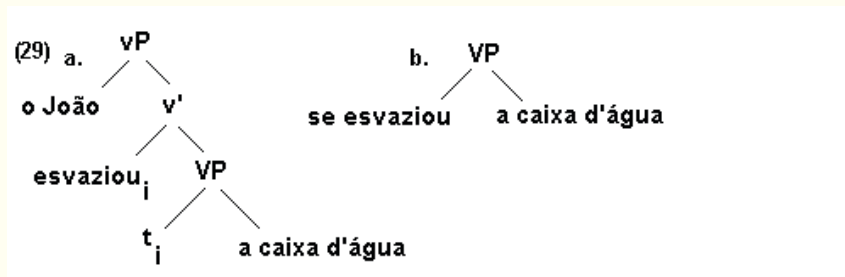
Da categoria dos verbos não-psicológicos fazem parte os verbos que podem se alternar entre uma estrutura tipicamente transitiva e ou-

6. As sentenças de (26) exemplificam o contexto tradicionalmente conhecido como de apagamento de CP, em que o DP encaixado pode ser alçado para a sentença matriz.

tra, derivada dela, a inacusativa⁷. Burzio (1986: 25) se refere a esses verbos como aqueles que podem sofrer o processo identificado por AVB→BV.

- (28) a. O João esvaziou a caixa d'água
b. A caixa d'água (se) esvaziou
c. *O João (se) esvaziou

Em (28), o argumento que se mantém no par BV de (28b), *a caixa d'água*, é o equivalente ao Tema da sentença transitiva AVB de (28a). Repare que esse argumento tem acusativo na sentença AVB (28a), mas não na sentença BV (28b), e a representação desses VPs fica como em (29a, b):



(29a) mostra uma estrutura transitiva, que projeta o verbo leve (vP) e o verbo lexical (VP); no especificador do verbo leve (vP), é projetado o argumento Agente *O João*. (29b) mostra uma estrutura inacusativa, que projeta apenas o verbo lexical.

(29a, b) obedecem à hipótese da atribuição temática, a UTAH de Baker (1988): se assumirmos que a estrutura temática e a estrutura sintática dos verbos estão uniformemente correlacionadas, então argumentos que desempenham a mesma função temática com respeito a um dado predicador ocupam a mesma posição. Note que o argumento Tema, *a caixa d'água*, é projetado como complemento do verbo lexical, tanto em (29a) quanto em (29).

7. Essa alternância já foi mostrada em parte na seção 2. deste texto, como um teste sintático que nos permite evidenciar as características inacusativas de um dado predicador.

3.2.2. *Verbos psicológicos*

Os verbos psicológicos apresentam uma grade temática relativamente invariável, que pode envolver um DP com papel temático Experienciador (E) e outro com função temática Tema (T); ou apenas um dos dois. Começemos com uma estrutura de dois argumentos:

- (30) a. A chuva assusta a Maria
b. A Maria teme a chuva

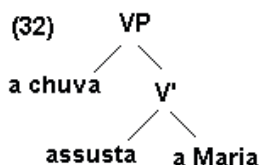
O que chama atenção nas sentenças biargumentais com verbos como *assustar* é que os DPs são projetados de uma forma que contraria a hierarquia dos argumentos que podem ocupar a posição sujeito: o argumento mais proeminente em (30a) é *a Maria* (o Experienciador), e não *a chuva* (o Tema); contudo, é *a chuva* que vai aparecer antes do verbo, promovido para Spec IP.

Os verbos do tipo de (30) apresentam mais uma característica marcante que aparece quando consideramos sentenças monoargumentais:

- (31) a. A Maria se assusta
b. *A chuva (se) teme

O que se vê agora é que o argumento projetado como complemento (ver (30)) pode aparecer sozinho numa estrutura como a de (31a), com *assustar*, mas não em uma estrutura como a de (31b), com um verbo como *temer*. Isso mostrar que, de fato, estamos às voltas com duas estruturas distintas, uma inacusativa (a de *assustar* em 30a e em 31a) e outra tipicamente transitiva (a de *temer* em (30b)).

Belletti & Rizzi (1988) propõem que os verbos que podem ser antecidos por T, como *assustar* em (30a), têm estrutura inacusativa, e os verbos que não podem ser antecidos por T, como *temer* em (30b), têm estrutura transitiva. Nós adaptamos essa proposta à hipótese do VP oracional e representamos a estrutura inacusativa de (30a) como mostra (32):



(32) indica que, apesar de selecionar dois argumentos DPs, verbos como *assustar* são inacusativos, pois não projetam o verbo leve, apenas o verbo lexical. Em (32) o argumento E, *a Maria*, é projetado na posição de complemento de VP, e o argumento T, *a chuva*, no especificador de VP; note que nenhuma projeção do verbo leve está prevista nessa estrutura.

Identificados os tipos de verbos inacusativos e representadas as suas estruturas nos moldes da análise do VP oracional, resta mostrar que essas representações não contrariam a Generalização de Burzio. Isso pode ser feito com base na projeção de

Spec vP, posição própria para receber argumentos agentivos, como mostramos na próxima seção.

4. Os verbos inacusativos e a Generalização de Burzio

A primeira versão da Hipótese Inacusativa foi proposta por Perlmutter (1978), que, no quadro da Gramática Relacional, observou a existência de estruturas intransitivas cujo argumento único era um Objeto direto (e não um Sujeito) incapaz de receber acusativo por uma idiossincrasia do verbo. Nessas estruturas, os DPs Sujeitos teriam sofrido uma regra de rebaixamento que os tornava Objeto das sentenças.

Burzio reinterpretou a Hipótese Inacusativa de Perlmutter no quadro da Gramática Gerativa (Chomsky, 1981), e a batizou de Hipótese Ergativa. O autor observou que as diferenças estruturais presentes na classe dos verbos intransitivos permitiam-lhe postular a Generalização de Burzio (GB).

Pela GB, um verbo só atribui papel temático a seu argumento externo se atribuir caso a seu argumento interno. Inversamente, um verbo

só atribui caso a seu argumento interno se atribuir papel temático a seu argumento externo. Uma vez que os verbos inacusativos apresentam a posição Sujeito detematizada (vazia), não têm a capacidade de atribuir caso a seu argumento interno.

A questão que se coloca frente à aplicação da GB à hipótese do VP oracional leva em conta a projeção da posição de especificador de vP, uma posição própria para receber argumentos agentivos. Tendo em mente as representações propostas neste texto para as estruturas inacusativas do PB, é possível reinterpretar a GB da seguinte maneira:

(33) um verbo só projeta a posição Spec vP se atribuir caso ao seu argumento interno; inversamente, um verbo só atribui caso ao seu argumento interno se projetar a posição Spec vP.

Em estruturas inacusativas em que o verbo seleciona dois argumentos, como em (32), a posição Spec vP não é projetada, pois não há argumento Agente que possa ocupar essa posição (a função temática do DP *Maria* é Experienciador). Disso decorre que o acusativo não está disponível para o DP projetado como complemento de VP.

Em sentenças inacusativas em que o verbo seleciona apenas um argumento (sendo ele um DP ou não), o verbo projeta o argumento único na posição de complemento do verbo lexical (ver as representações (22b) e (29b)). Uma vez que, também nessas estruturas, a posição Spec vP não é projetada, o acusativo não está disponível. Situação inversa ocorre em sentenças transitivas, como em (29a), em que a posição Spec vP é projetada e o acusativo está disponível para o DP que figura como complemento do verbo lexical.

A análise mostra que a diferença estrutural marcante entre inacusativos de um lado e intransitivos e transitivos de outro fica por conta da projeção do verbo leve (vP). Em estruturas inacusativas, não há projeção do verbo leve, mesmo quando o verbo seleciona dois argumentos. Em estruturas intransitivas e transitivas, o verbo leve é sempre projetado, pois argumentos agentivos não podem ocupar uma posição mais baixa que Spec vP.

5. Conclusão

O objetivo deste texto foi identificar categorias de verbos inacusativos pertencentes ao PB e mostrar a estrutura argumental de cada categoria. Uma vez que o PB não dispõe de marcas morfológicas que permitam evidenciar as propriedades inacusativas dos predicadores verbais, mostramos alguns testes sintáticos que atestam essas características, como a formação de participípio e de nominais em [-or], por exemplo.

Feito isso, identificamos duas grandes classes de inacusativos no PB: a dos inacusativos primitivos e dos inacusativos derivados. Da primeira classe fazem parte os inacusativos que não derivam de estruturas transitivas: os inacusativos que selecionam DP e os que selecionam um constituinte complexo, como um CP ou uma SC, por exemplo. Da segunda classe, a classe dos inacusativos derivados, pertencem os verbos existenciais e os que se submetem à alternância AVB →BV.

Por fim, propusemos a releitura da Generalização de Burzio (Burzio, 1986) considerando a hipótese do VP oracional de Larson (1988), assumida em Chomsky (1995). A proposta leva em conta que a posição Spec vP é própria para receber argumentos agentivos, ausentes em estruturas inacusativas, mesmo nas de dois argumentos. Dessa forma, o acusativo está disponível em estruturas que projetam Spec vP, mas não está disponível em estruturas que não projetam essa posição. Essa proposta permite que adotemos a hipótese do VP oracional sem contrariar a Generalização de Burzio.

Recebido em fevereiro de 2011

Aprovado em novembro de 2013

E-mail: silvialnascimento@gmail.com

Referências bibliográficas

- BAKER, M. 1988. *Incorporation: a theory of grammatical function changing*. Chicago: University of Chicago Press.
- BELLETTI, A. 1988. The Case of Unaccusatives. *Linguistic Inquiry*. **19** (1): 1-34.

- BELLETTI, A & Rizzi, L. 1988. Psych-verbs and θ Theory. *Natural Language and Linguistic Theory*, 6: 291-352. Kluwer Academic Publishers.
- BURZIO, L. 1986. *Italian Syntax*. Dordrecht: Reidel.
- CHOMSKY, N. 1981. *Lecturs on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.
- _____. 1995. *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- ELISEU, J. M. G. 1984. *Verbos Ergativos do Português: descrição e análise*. Tese de Mestrado. Lisboa.
- FRANCHI, C.; Viotti, E.; Negrão, E.V. 1988. Sobre a Gramática das Orações Impessoais com Ter/Haver. *D.E.L.T.A.* **14**: 105-131.
- GALVES, C. 1993. O Enfraquecimento da Concordância no Português Brasileiro. *Português Brasileiro. Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp.
- LARSON, R. K. 1988. On the Double Object Construction. *Linguistic Inquiry*, **19 (3)**: 335-391.
- PERLMUTTER, D. 1978. Impersonal Passives and the Unaccusative Hypothesis. *Proceedings of the Berkeley Linguistics Society* 4.
- ZUBIZARRETA, M. L. 1982. Theoretical Implications of Subject Extraction in Portuguese. *The Linguistic Review* 2.